

PRECONCEITO, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: COMO COMPREENDER ESSA TEMÁTICA

Luís Antonio Bitante Fernandes¹

Mikael Matos Maia²

Natalí Tátilla Maria do Nascimento Barbosa³

Resumo:

Questões ligadas aos temas preconceito, racismo e discriminação no ambiente escolar vem sendo discutidos ao longo dos tempos. No entanto, a sociedade contemporânea mantém certo distanciamento na abordagem de tais temáticas, eximindo-se por vezes da compreensão dos motivos que desencadeiam tais situações. Nesse sentido, buscou-se compreender como se dá essa temática, abordando os principais grupos que passam por tais situações no cotidiano, a fim de se fazer uma denúncia das relações de poder existentes naquela que é uma das principais instituições da sociedade - a escola. Com isso, o presente artigo evidencia as causas e busca demonstrar que grupos como os das mulheres negras, os LGBTQI+ e os índios são passíveis de sofrerem discriminações, preconceitos e racismos pelo simples fato de serem grupos em vulnerabilidade social. Além do mais, este artigo demonstra o quão frágil é nossa sociedade, pelo fato de muitas vezes preferir concentrar-se em informações superficiais do que buscar conhecimento legitimado. Demonstra ainda uma escola que negligencia por falta de preparo técnico em lidar com as diversidades existentes em seu ambiente, e que por vezes torna-se um instrumento de opressão a serviço de pequenos grupos elitizados, deixando de lado seu papel enquanto instituição democrática, acolhedora, geradora de conhecimento e formadora de cidadãos.

Palavras-chave:

Preconceito. Racismo. Discriminação. Escola. Diversidade Cultural.

PREJUICIO, RACISMO Y DISCRIMINACIÓN EN EL ENTORNO ESCOLAR: CÓMO ENTENDER ESTE TEMA

Resumen

Los problemas relacionados con los prejuicios, el racismo y la discriminación en el entorno escolar se han debatido a lo largo de nuestra historia. Sin embargo, la sociedad contemporánea mantiene una cierta distancia en el abordaje de tales temas, eximiéndose en ocasiones de comprender las razones que desencadenan tales situaciones. En este sentido, se buscó comprender cómo ocurre este tema, abordando los principales grupos que atraviesan situaciones de este tipo en la vida cotidiana, con el fin de hacer una denuncia de las relaciones de poder que existen en una de las principales instituciones de la sociedad, la escuela. Así, el presente artículo resalta las causas y busca demostrar que grupos como las mujeres negras, LGBTQI + e indígenas son susceptibles de sufrir discriminación, prejuicios y racismo simplemente por ser grupos en vulnerabilidad social. Además, este artículo demuestra cuán frágil es nuestra sociedad, porque a menudo prefiere concentrarse en información superficial en lugar de buscar conocimiento legítimo. También demuestra una escuela que descuida por

¹Doutor em Sociologia - Universidade Federal de Mato Grosso - CUA. E-mail: bitante67@hotmail.com

²Graduando do Curso de Letras. Universidade Federal de Mato Grosso - CUA. E-mail: mika12maia@gmail.com

³Graduanda do Curso de Letras. Universidade Federal de Mato Grosso - CUA. E-mail: natali_nascimento15@hotmail.com

la falta de formación técnica para enfrentar las diversidades existentes en su entorno, y que en ocasiones se convierte en un instrumento de opresión al servicio de pequeños grupos de élite, dejando de lado su papel de institución democrática y acogedora. generar conocimiento y formar ciudadanos.

Palabras clave:

Prejuicio. Racismo. Discriminación. Colegio. Diversidad Cultural.

PREJUDICE, RACISM AND DISCRIMINATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: HOW TO UNDERSTAND THIS THEME

Abstract:

Issues related to prejudice, racism and discrimination in the school environment have been discussed throughout our history. However, contemporary society maintains a certain distance in the approach of such themes, sometimes exempting itself from understanding the reasons that trigger such situations. In this sense, we sought to understand how this theme occurs, addressing the main groups that go through such situations in daily life, in order to make a denunciation of the power relations that exist in one of the main institutions of society - the school. Thus, the present article highlights the causes and seeks to demonstrate that groups such as black women, LGBTQI + and Indians are liable to suffer discrimination, prejudice and racism simply because they are groups in social vulnerability. Furthermore, this article demonstrates how fragile our society is, because it often prefers to concentrate on superficial information rather than seeking legitimate knowledge. It also demonstrates a school that neglects due to the lack of technical preparation to deal with the existing diversities in its environment, and that at times becomes an instrument of oppression in the service of small elite groups, leaving aside its role as a democratic, welcoming institution, generating knowledge and forming citizens.

Keywords:

Prejudice. Racism. Discrimination. Echool. Cultural Diversity.

Introdução

Este artigo almeja demonstrar e discutir situações de preconceitos, racismo e discriminações que as(os) alunas(os) sofrem no ambiente escolar, nesse sentido enfatizamos os aspectos que envolvem o convívio em sala de aula, a cultura e as práticas educacionais, as quais tais alunas(os) são submetidos.

A metodologia utilizada baseia-se em levantamentos bibliográficos em que tivemos acesso, a diversos trabalhos e livros publicados sobre educação, preconceito, discriminação e racismo no ambiente escolar, tais arcaouços bibliográficos foram objetos de estudos e pesquisas da disciplina de Linguagem, Identidade de Gênero e Sexualidade, cursada ao longo do segundo semestre de 2019, como disciplina optativa ofertada pelo Curso de Licenciatura em Letras.

Pensar a temática, preconceito, racismo e discriminação, no contexto escolar, exige entender o que é e qual o papel da escola na atualidade, além de buscar investigar como se dão as relações neste ambiente.

Do ponto de vista social, a escola é considerada uma instituição que tem como pressuposto a transformação de pessoas no tocante a sua educação, delegando a esses indivíduos conhecimentos técnicos e morais, sendo seu dever proporcionar uma formação capaz de integrar os cidadãos de forma autônoma na sociedade (FREIRE, 1993; BRANDÃO, 1995). No entanto, mais do que isso, a escola é um instrumento de formação de opiniões, disseminador de ideias e de convívio social. Descrita por Romig, Correa e Kozelski (2015), a escola pode ser compreendida como um ambiente privilegiado para o exercício da democracia participativa, da cidadania consciente, além de ser uma instituição comprometida com questões que envolvem grande parte da sociedade ditas excluídas e privadas de seus direitos culturais.

Neste contexto, passemos a entender como ocorrem as situações de preconceito, racismo e discriminação nos mais diversos ambientes escolares, tendo como principal fonte de investigação as variadas práticas educativas.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo baseou-se em levantamentos bibliográficos realizados em diversos livros, artigos e reportagens, nos quais as(os) autoras(es) abordam a questão sobre racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar. Nestas obras é possível observar, por meio de exemplos, como se dá a dinâmica escolar em relação aos mais variados grupos sociais. Essa pesquisa bibliográfica teve como foco principal artigos digitais e livros físicos ligados às palavras; “racismo”, “preconceito” e “discriminação”, que por sua vez foram associados ao assunto “escola” ou “classe social”. Um ponto em comum entre os autores aqui trabalhados se deu pelo fato de que todos estão envolvidos e empenhados com o processo educacional. O método utilizado para esta pesquisa foi a leitura acompanhada de análise, que buscou extrair tudo o que se refere ao tema do artigo, e consecutivamente, sintetizá-lo, objetivando formar um texto claro e de fácil entendimento ao leitor.

Resultados

Com base nas leituras e estudos feitos na literatura referenciada, foi possível constatar que o racismo, preconceito e discriminação surgem a partir dos processos de desigualdade social que se reproduzem no ambiente escolar, sendo um ato que surge conscientemente ou não (LOURO, 1999; GOMES, 2010). Portanto, é preciso entender o que é esta desigualdade e como ela se encaixa na temática do artigo.

A desigualdade social na sua mais simples definição é o processo que ocorre na sociedade, suprimindo e prejudicando uma classe em detrimento de outra.

A desigualdade social é sempre uma relação política passível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites. (CAMPELLO; *et al* 2018, p. 58)

Tal definição nos leva a entender que esta dinâmica ocorre em grupos sociais marginalizados. Todavia, a questão da desigualdade ultrapassa a má distribuição de renda, pois se trata também da péssima administração de recursos e da falta de investimentos em cultura e educação, por exemplo. Devemos entender que questões relativas à desigualdade social não são limitadas a aspectos econômicos, mas também envolvem a família, a religião, a escola, ou seja, fatores socioculturais.

Ao fazer uma análise sobre o papel da escola e perceber as mazelas existentes e advindas de uma educação padronizada (nos moldes do processo industrial do século XIX) no respeito às alteridades, é perceptível que se trata de um ambiente elitizado imerso no discurso que prioriza a separação em marcadores sociais como classe, gênero e raça. Não é efêmero ou que faça parte de uma transição vivenciada por alunas(os) nas etapas do ensino, mas, trata-se de valores provenientes do ambiente familiar e social, e é na escola que se percebe que tais valores criam paradigmas que levam a situações de separação e elitização nos processos de convivência. Esses fatores corroboram com os altos índices de abandono escolar de crianças e adolescentes ditas em situação de vulnerabilidade.

Preconceito, racismo e discriminação: um panorama social

A tríade, preconceito, racismo e discriminação, está diretamente ligada a fatos do cotidiano de diversos indivíduos da nossa sociedade. Quando se fala em racismo na sociedade

brasileira, de um modo geral, associa-se a pessoa negra, devido a fatos históricos, que envolvem exploração, desumanização e maus tratos sofridos por esses povos por um longo período de escravidão (LUGONES, 2020). Esta visão é equivocada, pois o racismo configura-se num pré-julgamento onde uma raça é considerada superior às demais. As origens do racismo podem ser as mais variadas possíveis, isso vai depender do processo de formação social de cada indivíduo. Alguns estudiosas(os), como Carneiro (2005), Almeida (2018) e Gonzalez (2020), acreditam que as relações e ambientes que frequentamos ao longo de nossa trajetória, podem despertar atitudes discriminatórias e de preconceito, uma vez que estando em sociedade, podemos modificar nossos pensamentos para nos adequarmos aos grupos dos quais fazemos parte.

Almeida, em “O que é o racismo estrutural?” (2018), explica que o conceito de raça na história nos permite perceber a noção de preconceito, racismo e discriminação e então chegar a três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural. Segundo o autor, o racismo individualista está relacionado a questões patológicas. Para ele este é um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados.

O racismo institucional, também segundo Almeida (2018), se configura no funcionamento de instituições, públicas ou privadas, que concede privilégios pela raça, para manter a hegemonia de determinado grupo no poder, neste caso, o branco. O racismo institucional é gritante de várias formas: na educação, saúde, segurança pública, moradia, religião, etc. Por fim, ele demonstra que o racismo na concepção estrutural está entrelaçado a compreensão de ordem social que gera o racismo individualista e institucional. Isso porque o indivíduo e as instituições estão numa sociedade em que ser racista é um princípio.

Logo, nesse contexto estrutural, o racismo passa a ser naturalizado e o negro passa a ser inferiorizado e acusado pelas próprias mazelas. Num sistema estrutural racista, o negro não é vítima e sim culpado pelo próprio racismo e desigualdade.

Como nos diz Nilma Lino Gomes (2003):

Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão as múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações. (GOMES, 2003, p. 170).

Ainda neste contexto, Lopes (2005) vem reforçar o pensamento de Gomes, ao afirmar que situações e reações de preconceitos ou racismos, são provenientes de interações sociais cotidianas, que costuma ocorrer nas diferentes instituições sociais em que estamos inseridos, sejam elas a família, a igreja, o trabalho, nos grupos de amigos, na escola etc.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (LOPES, 2005, p. 188).

Conforme se observa, o racismo não é exclusividade dos negros. O Brasil é um país de grande miscigenação de raças e etnias, no entanto, esse fator não impede que atos como esses deixem de ocorrer no país, pelo contrário, ocorrem cotidianamente, seja por meio de piadas, brincadeiras ou até mesmo ofensas.

Neste sentido, a escola surge como uma potencial formadora de opiniões que envolve a marcadores sociais de raça, classe e gênero, pois desde muito cedo, tal instituição se configura como um espaço de convivências, de trocas de experiências e de estabelecimento de vínculos relacionais dentro da sociedade. Assim, podemos entender a educação tradicional, muito presente nas práticas educativas nas escolas, e da qual fazemos parte, se apresenta como uma educação elitista e separatista, que se ocupa desde os primeiros anos da educação básica, por exemplo, a promover atividades com divisões que reforçadas pelos marcadores sociais acima, criando dessa maneira, normas e padrões que deverão ser reproduzidos na sociedade, como comumente observado na separação de atividades entre meninas e meninos. Preconceito, racismo e discriminação surgirão em contextos nos quais as normas sociais forem descumpridas.

A educação tradicional na qual convivemos, separa e cria distinções entre meninos/meninas, rapazes/moças, através de ações, atividades, formas de se comportar e “ditam regras” baseadas em padrões estabelecidos pela ordem dominante. Com isso produzindo diferenças entre os sujeitos no caso, eles/elas. Cabe-nos essa indagação, para quem serve essa educação escolar habitual, que separa, classifica, considera como normal e natural às relações sociais desiguais entre homens e mulheres? No cotidiano escolar meninas/meninos são vistos de forma diferente. Pois a educação sexista encontra no espaço escolar tradicional, um campo fértil para sua reprodução, a partir do cotidiano escolar. (HENRIQUE; SILVINO, 2007, p. 3)

Guacira Louro (1999), ao perceber esse preconceito e discriminação que as mulheres estão sujeitas no ambiente escolar, critica a posição que a escola assume diariamente diante de fatos considerados “normais”, pois entende que a escola enquanto um espaço formador de

opiniões e produtora de conhecimentos contribui para que as relações de desigualdade entre homens e mulheres sejam mantidas, produzindo uma sociedade segregadora e opressora, que delega funções a mulher, o que demonstra que ainda vivemos numa sociedade que preza pelo patriarcado, à

Os livros didáticos e paradidáticos, têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características” de homens e atividades de mulheres. [...] A separação de meninas e meninos é, então, muitas vezes estimulada pelas atividades escolares, que divide grupos de estudos ou que propõe competições. (LOURO, 1999, P. 74-75).

Ainda em relação a grupos sociais vítimas de racismo, preconceito e discriminação nas escolas, podemos destacar as pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIA+⁴, que, muita delas correspondem a um movimento político e social em busca de visibilidade e respeito a suas diversidades sexuais e identidades de gênero. Na escola o preconceito a esse grupo inicia-se com o fato do não reconhecimento da importância que essas pessoas têm na sociedade (LOURO, 1999). São poucas as discussões no ambiente escolar que busquem esclarecer à alunas(os) o que vem a ser identidade de gênero, ou mesmo compreender questões relacionadas à sexualidade. De fato, o que existe é uma total falta de informação, conforme pesquisas desenvolvidas por institutos como o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero o Instituto Geledés – Instituto da Mulher Negra⁵. Essa falta de informação leva a julgamentos superficiais que culminam em preconceito, discriminação, racismo, fora a violência psicológica e física. Nesse sentido, a escola pode ser vista como transmissora dos valores morais e comportamentais de uma classe dominante, que impõe a existência de uma “normalidade” moral, impedindo a manifestação de sentimentos e expressões culturais, identitárias, sexuais, entre outras formas de se expressar.

Podemos assim citar o caso de homoafetivos homens, ou seja, com orientação sexual dissidente da norma heterossexual, mas que performatizam, segundo Butler (2003) no gênero masculino, e que, em um determinado momento outro, pode vir a se reconhecer e se identificar com o gênero feminino, isto é, em outra condição identitária de gênero, podendo

⁴ LGBTQIA+, a sigla é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQIA+, diz respeito ao gênero. Para que quiser conhecer mais, ver: FACHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Ed. Gramond, 2005.

⁵ Para quem se interessar ver: www.geledes.org.br e www.ceert.org.br

assim se perceber com uma travesti ou como uma pessoa transgênero⁶. Situações de preconceito e discriminação, como a exemplificada, podem ser pensadas e debatidas no contexto escolar com uma educação voltada para uma pedagogia de gênero (LOURO, 2010). A capacitação de profissionais pertencentes à comunidade escolar seria um dos primeiros passos para uma educação de respeito a diversidade.

Para se viver em sociedade, tem-se valores morais e comportamentais, no qual fazem parte das relações sociais. Porém esses mesmos valores e maneiras de vivências, são construídos do ponto de vista da classe dominante, se materializam em forma de preconceito e discriminação, para quem não se reconhece ou segue a ordem patriarcal-racista-capitalista e heteronormativa. (SILVINO; HENRIQUE, 2017, p. 5)

Da mesma forma que a discriminação, o racismo e o preconceito assolam pessoas pertencentes aos grupos LGBTQIA+ e aos negros, percebe-se que as questões indígenas sofrem um olhar discriminatório. Ao abordar essa temática na região do Araguaia, mais precisamente no município de Barra do Garças-MT é possível perceber que os indígenas passam a frequentar as escolas urbanas de educação básica por volta dos 15 e 16 anos e são nesses centros urbanos que os diferentes tipos de preconceitos, racismos e discriminações acometem esses povos. Podemos citar como exemplo de discriminação e preconceito as questões que envolvem a linguagem (MAGALHÃES, 2009). Tal situação torna-se perceptível na escola, pois elas geralmente não possuem profissionais com capacidade técnica no trato com os fatores culturais e linguísticos pertencentes aos povos indígenas. O agravamento dessa situação se dá pela falta de escolas e profissionais capacitados nas aldeias o que acaba por obrigar alunas(os) a se deslocarem para as cidades maiores em busca de educação, acarretando por vezes em um rompimento sócio cultural. Segundo Camargo e Albuquerque,

O desafio hoje não são as leis, mas a construção da escola indígena pelos índios, autônoma, levando em conta os projetos e os destinos dos seus povos: onde quer que exista escola, ela deve ser parte de um projeto que a transcende. É um longo caminho que, a julgar pelo movimento indígena organizado, os índios estão dispostos a percorrer. (2003, p. 345).

Problemas que envolvem essas questões acabam por marginalizar, segregar e excluir esses alunos a ponto de fazer com que abandonem a escola antes mesmo da conclusão do ensino básico. Por não compreenderem a linguagem e a cultura indígena, a comunidade

⁶ Transgênero (trans) é o **indivíduo que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer**. Uma **pessoa transgênero** é aquela que duvida do gênero (masculino ou feminino) que lhe foi dado quando nasceu. Para quem se interessar ver: Associação Nacional de Travesti e transexuais – ANTRA. <https://antrabrasil.org>

escolar acaba por praticar inconscientemente ou até mesmo conscientemente preconceito. Laraia (2010) evidencia que situações de discriminação, preconceito e racismo, são recorrentes devido a uma relação de poder entre culturas, onde uma cultura dominante tenta a qualquer custo sobressair-se a outra.

O costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade [...] Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais. (LARAIA, 2010, p. 24).

Todas essas situações de preconceito, racismo e discriminação existentes na escola podem ser compreendidas como reflexo da sociedade em que estamos inseridos, podendo e devendo ser combatido no dia a dia com a prática da tolerância nos processos educacionais. Para isso, é necessário admitir que o outro exista enquanto tal, reconhecendo-o e respeitando-o como é, diferente de mim. Tolerar é reconhecer a alteridade, que o outro é diferente de mim na maneira de pensar, agir, crer etc. Isso deve ser entendido pela comunidade escolar como uma responsabilidade que exige empenho e, sobretudo, muita paciência nas práticas cotidianas escolares, e que a todo instante devemos nos atentar aos mínimos detalhes, a fim de sanar problemas ou às vezes permitir que nem cheguem a existir.

A Mulher negra no ambiente escolar

Pensar questões relacionadas à mulher negra no ambiente escolar exige uma retomada histórica que aborde aspectos da representatividade desta mulher na sociedade.

De um modo geral, a liberdade tão sonhada pelos negros na sociedade brasileira, e que tem como ponto de partida a Lei Áurea sancionada em 13 de maio de 1888, nunca ocorreu de fato, visto que essa liberdade tão manifestada nunca foi sinônimo de igualdade entre os povos. Dessa forma, a população negra foi sendo colocada à margem da sociedade, demonstrando que o termo “liberdade” não trouxe junto a ele igualdade social. Fatos que suscitam nos dias de hoje aos descendentes destes negros, o estigma de grupo social inferiorizado. Gomes (2003) vai dizer que,

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é

preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (GOMES, 2003, p. 171)

Para as mulheres negras, essa estigmatização tem agravantes ainda mais complexos. O primeiro destes está diretamente ligado ao “ser mulher”, pois, o fato de ser mulher, por si só, já a coloca em situação de inferioridade, visto que a sociedade brasileira ainda preserva um sistema social baseado em uma ordem patriarcal (SAFFIOTI, 2007). O segundo agravante é o fato de ser negra, mulheres trazem consigo fortes traços da sociedade colonial, na qual não são vistas como capazes de desenvolver papel ativo na construção da sociedade. Tal fato ainda é recorrente, pois as mulheres negras desempenham jornadas de trabalho superiores às dos homens e as de mulheres brancas. Ao cabo de sua jornada de trabalho, são mal remuneradas devido à falta de qualificação profissional (BENTO, 2015).

Neste contexto, a escola surge como um dos locais de formação de identidade. A instituição passa a ser idealizada como um dos ambientes, e não o único, que deveria proporcionar às mulheres de cor a repensarem seus lugares enquanto participantes capazes, o que não resolveria todas as questões que envolvem a condição dessas mulheres na sociedade. Entretanto, a escola acaba por excluí-las, já que em suas práticas sociais costumam adotar valores, costumes e doutrinas provenientes da sociedade dita branca e elitizada.

Gomes nos diz que,

[...] quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade. (2003, p. 171-172)

Portanto, a escola ao assumir esse papel de construção de identidades sociais, ao exigir que as mulheres negras se submetam a padrões pré-estabelecidos e arraigados em uma postura eurocêntrica, acabam por praticar, de modo consciente, o preconceito, a discriminação e o racismo, e além disso, ao assumir tal postura, torna-se excludente e negligenciadora de seu papel democrático e de respeito as diversidades (GOMES, 2003).

Destarte, as mulheres negras são impedidas a todo instante de pensarem a sua identidade, pois entende-se que os processos identitários, e nestes casos a identidade racial, são construídos gradativamente, numa dinâmica que envolve inúmeras variáveis que vão desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, geralmente a família, a religião, escola etc. A partir do momento em que as instituições, como as citadas anteriormente e somando-se a instituições ligadas principalmente a atividade de labor, das

quais estas mulheres fazem parte negam sua existência, abre-se precedentes para que elas não se reconheçam como parte da coletividade, gerando com isso transtornos irreparáveis, que vão desde a negação da raça, de suas capacidades, seus desejos etc.. Tais fatores impedem que essas mulheres se constituam nas suas subjetividades, desencadeando com isso um processo de exclusão social, negligenciamento da diversidade étnico-cultural que resulta em marginalização social.

Gomes, deixa claro que,

Falar em relações raciais e de gênero, discutir as lutas da comunidade negra e dar visibilidade aos sujeitos sociais não implica em um trabalho a ser realizado esporadicamente. Implica em uma nova postura profissional, numa nova visão das relações que perpassam o cotidiano escolar e a carreira docente, e ainda, no respeito e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Representa a inclusão nos currículos e nas análises sobre a escola desses processos constituintes da dinâmica social, da nossa escola e da prática social. (2010, p. 81)

Deste modo, pode-se entender que, ao abordar a questão da mulher negra no contexto escolar, é necessário que se compreenda a sua realidade. Essa atitude permitirá que conceitos baseados na cor da pele, modo ou textura do cabelo, região de nascimento etc., sejam deixadas de lado, proporcionando com isso a busca da verdadeira essência que é a de ser humano que merece ser respeitada e levada a sério. Isso permite que essa mulher negra abandone a situação de invisibilidade e opressão que as variadas instituições acabam lhe impondo como consequência desse menosprezo.

Considerações finais

Situações de preconceito, racismo e discriminação, infelizmente, ainda são recorrentes no cotidiano escolar. Os motivos que levam o ser humano a praticar tais atos são diversos e estão ligados a fatos culturais, comportamentais, econômicos, entre outros. Ficou evidente neste trabalho que, os motivos que levam a comunidade escolar à prática dessas atitudes, estão diretamente perpassada por relações de poder, que não foi central em nossa discussão, mas que se encontram subliminar e, que se sustentam a partir das referidas práticas. Isso nos permite sugerir que embora nossa sociedade esteja em pleno século XXI, ainda é norteadada por um sistema patriarcal que detém o poder e delega papéis de liderança, sejam esses papéis políticos, de autoridade moral, privilégio social e controle da propriedade. Buscam a qualquer custo determinar que seus valores morais e costumes sejam preservados e

repassados às gerações futuras, fazendo com que a escola torne-se fiel reprodutora de seus paradigmas. É necessário que se reflita sobre as ações tomadas em direção à educação e a consciência crítica dos indivíduos diante das condutas sociais que legitimam o racismo, o preconceito e a discriminação de maneira estrutural, em que o conhecimento e o poder são mantidos nas mãos de poucos, o que contribui de modo significativo para que as desigualdades tornam-se recorrentes e por vezes sejam banalizadas.

Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos as/aos Professoras(es) do Curso de Letras, da UFMT/CUA, por ter nos possibilitado conhecimento em nosso processo de formação acadêmica e pessoal. À Universidade Federal de Mato Grosso, na pessoa do professor Dr. Luís Antonio Bitante Fernandes, por nos possibilitar obter conhecimentos dos quais nem fazíamos ideia que existiam, por nos encorajar a escrever sobre o conteúdo aprendido em sala e principalmente, por estar conosco nessa dura trajetória de aulas aos sábados, que no fim das contas tornaram-se proveitosas e necessárias. Nosso muito obrigado(a), também, a dois amigos muito especiais e que não pouparam esforços em nos ajudar no que foi preciso para desenvolver este trabalho - Eric Victor Resende e Keullen Eloiana Oliveira e por fim nosso muito obrigada aos colegas que enfrentaram conosco tal desafio em busca do conhecimento.

Referências

- ANDRADE, Luma. Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. **Tese** – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FAGED, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.
- AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.
- ARAÚJO, Denise Bastos de. Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola, in. **Revista Periódicus**. V 1. n. 02, Salvador, 2014.
- AZEVEDO, Aline P; COSTA, Ana M. M; PAIVA, Pedro H. A. da S. **GÊNERO E SEXUALIDADE NO P.N.E. (2014-2024): discursos e sujeitos no contexto mossoroense. II Congresso Nacional de Educação**. Mossoró, 2015.
- BENTO, MARIA Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista de Estudos Feminista**, nº2. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em Campo Aberto**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. MEC – Coordenação de educação Infantil – DPEIEF/SEB – **Revista CRIANÇA** – do professor de educação infantil. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

CAMARGO, Dulce Maria Pompêu de; ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de. Projeto pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular. In. **Cad. CEDES**, vol.23, no.61, p. 338-366, 2003, Campinas/SP.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. In. **SAÚDE DEBATE**, V. 42, N. ESPECIAL 3, P. 54-66, 2018, Rio de Janeiro/RJ.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. **Tese de Doutorado** defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, em 09/agosto/2005.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. In. **Cadernos Pagu: Raça e Gênero**, Campinas-São Paulo, nº 6/7, p. 67-82, 2010.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. In. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 12, n. 22, p. 350-367, dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Godim; SILVINO, Dariana Maria. A importância da discussão de gênero nas escolas: uma abordagem necessária. **III Jornada internacional de políticas públicas**. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. São Luiz, 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: **Superando o racismo na escola**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade**. Autêntica Editora, 2010.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MAGALHÃES, Marly Augusta Lopes. Educação indígena em contextos urbanos dos municípios de Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças: desafios de novos tempos. **Revista Polifonia**. Cuiabá: Edefmt, nº 17, 2009.

MEDINA, Alessandro; FERREIRA, Camila Rodrigues V. O ÍNDIO URBANO: a perspectiva do índio xavante junto ao mercado de trabalho em Barra do Garças/MT. **In: Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças – MT, vol. 23, p. 245 - 254, jul./dez. 2017.

MORGANTE, Mirela M.; NADER, Maria B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **In: XVI Encontro Regional de História: Saberes e Práticas Científicas**. Anais...Rio de Janeiro (RJ): ANPUH – RIO, 2014.

ROMIG, Letícia Silveira; CORREA, Evandro Antonio; KOZELSKI, Adriana Cristina. O papel da escola: sua função política e social na construção da cidadania. **In: 1º PIBIDSUL / PARFORSUL / ENLICSUL: Impactos na formação docente inicial e continuada**. Anais... Lages (SC): UNIPLAC, 2015.

SAFFIOTI, HELEITH. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, 1997.

SANTOS, Geilza da Silva ; CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. A mulher Negra na Sociedade Brasileira. **In: IV Congresso Nacional De Educação**, 2017, João Pessoa. IV Conedu, 2017. v. 1. p. 1-11.

SEEPR. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. 2009. 216 p.